

ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CMS-  
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IMPERATRIZ  
– MARANHÃO, em 12/04/2018.

Às quatorze horas, do dia 12 (doze), do mês de abril do ano de 2018 (dois mil e dezoito), no auditório da SEMUS, reuniram-se os membros do CMS-Conselho Municipal de Saúde de Imperatriz - Maranhão, para tratar de assuntos de interesse da saúde local. Verificando-se a existência de quórum, conforme assinaturas constantes no livro de presença, a Sra. Ana Cláudia Braga Santos Silva, Vice - Presidente do CMS, justificou a ausência da Presidente do CMS – Livia D. Oliveira Bustamante e declarou aberta a reunião, saudando a todos os presentes. Foi justificada a ausência da Conselheira Silvana Pitol e Hércia Regina Lima Gonçalves. Em seguida, apresentou a proposta de pauta constando os seguintes itens: **1º PONTO:** Leitura da Ata da reunião anterior; **2º PONTO:** RAG – Relatório Anual de Gestão / 2017; **3º PONTO:** TFD – Normas Internas para Funcionamento do TFD Municipal; **4º PONTO:** Informes da Saúde. Iniciou-se com o **1º PONTO: Leitura da Ata da reunião anterior** feita pelo Conselheiro Hélio José Bertoldo da Silva, em seguida submetida à apreciação, sendo aprovada por unanimidade dos Conselheiros presentes. O Conselheiro Manoel Alves Pereira fez a devolutiva sobre a Comissão que está analisando a transição do ambulatório do Saúde Mental para Atenção Básica, onde estiveram reunidos na sala do CMS e solicitaram a presença do Sr. Linhares, Especialista em Saúde Mental do CAPS, ele nos atendeu prontamente e esteve norteando sobre o atendimento do ambulatório. Enviamos documento para a Coordenadora da Saúde Mental, Dra. Maria Aparecida Alves e para o Ambulatório de Saúde Mental, solicitando levantamento quantitativo de pacientes atendidos pelo ambulatório de Saúde Mental de Imperatriz, assim como o número de pacientes atendidos de outros municípios dos últimos 06 (seis) meses de 2017, conforme Pactuação da CIR e estamos aguardando resposta. Em seguida a Vice Presidente do CMS, colocou em votação a Ata da reunião anterior, que foi aprovada por unanimidade dos Conselheiros presentes. **2º PONTO: RAG – Relatório Anual de Gestão / 2017.** Foi entregue cópia aos conselheiros do Relatório de Fiscalização realizada pela Comissão de Orçamento e Fiscalização dos Recursos Financeiros que dá parecer favorável e opina pela aprovação do Relatório do Terceiro Quadrimestre do ano de 2017, apresentado pela

SEMUS. A Relatora da Comissão de Fiscalização, Conselheira Cláudia Alves de Oliveira Carvalho fez a leitura do Relatório. Com a palavra a Conselheira e membro da Comissão de Fiscalização, Francineide Pereira Alves disse que nas reuniões da Comissão de Fiscalização onde fora convocada e que compareceu, não aconteceu por falta de quórum, achou muito genérico o relatório, mesmo sem quórum analisaram algumas pastas, que foram devolvidas para serem corrigidas as inconsistências e acha um absurdo se votar um relatório sem nenhuma ressalva. Pois o próprio Ministério Público e Tribunal de Contas do Estado já encontraram inchaço na folha de pagamento e já notificou o município para fazer regularização da folha, Agora mesmo o Ministério Público mandou demitir dezenas de cargos comissionados com salários exorbitantes e as ressalvas do relatório passado não foram cumpridas e devem constar no relatório atual. Disse ainda que no HMI – Hospital Municipal de Imperatriz está faltando tudo por falta de licitação, que o Hospital está superlotado com pacientes em fila dupla de macas no corredor. A Conselheira Cláudia Alves de O. Carvalho disse que o Relatório do SAMU realmente estava todos em desencontro em comparação com os processos que foram entregues à Coordenação. Em outro momento sentou junto com a Coordenação do SAMU e demais membros da Comissão e conferiram todos os processos, então o Coordenador do SAMU refez os relatórios. O Conselheiro Manoel Alves Pereira, Presidente da Comissão de Fiscalização disse que todos os membros da comissão foram convidados para as reuniões, sabe que todos têm seus compromissos, mas também assumiu uma responsabilidade com a comissão enquanto conselheiro. Com relação ao RAG- Relatório Anual de Gestão foram várias reuniões onde nos debruçamos olhando e registrando tudo, portanto sugere a apreciação do mesmo, sem contar que o convite é feito em geral para todos os conselheiros que quiserem participar dessas reuniões. Nesse momento o Conselheiro Hélio José Bertoldo da Silva pergunta aos membros da Comissão de Fiscalização presentes nessa reunião, quantos aprovam o teor do relatório feito por eles. Dos 08 (oito) membros presentes, 06 (seis) aprovam o relatório e a Conselheira Francineide Pereira Alves se abstém por não estar presente na feitura do relatório e achar o mesmo muito genérico. A Conselheira Lucília Nascimento Lima disse que vota favorável e assinará o relatório mesmo não estando nas reuniões da comissão, por respeito aos colegas que vieram e fizeram o relatório. A Conselheira M<sup>a</sup> das Graças Carvalho de Souza Magalhães sugere a comissão de fiscalização não escrever tanta baboseira desnecessária, fazem um livro de palavras

sem necessidade e observa a numeração de um jeito e por extenso de outro e fica na dúvida, qual dos dois é o correto. Pede seu afastamento do CMS para participar de campanha política como Deputada Federal, acha que poderia ter feito mais pelo CMS, mas não foi possível e vai indicar a pessoa que irá ocupar sua vaga. O Conselheiro Luís Gonzaga Correa Neto disse que já que a Conselheira Francineide Pereira, que fez parte das reuniões da comissão de fiscalização, diz que não estava tudo bem, então se deve considerar sua fala, observar o que está faltando e colocar as ressalvas necessárias. O Conselheiro Albane Freitas de Sousa disse que vai endossar esse relatório na plataforma do SARGSUS, pede que tenhamos atenção especial e fica a favor da proposta da Conselheira Francineide Pereira para que o relatório seja aprovado com ressalvas. O Conselheiro Jurandi Mesquita acha que no relatório deve constar com que foi gasto o dinheiro, pois ao aprovar esse relatório, estamos nos responsabilizando e caso aconteça uma auditoria / fiscalização e as coisas não estiverem nos conformes, podemos responder por isso. A Conselheira Cláudia Alves de O. Carvalho disse que esse RAG - Relatório Anual de Gestão foi apresentado na Câmara Municipal e que todas as informações estão no Portal de Transparência cada centavo que entrou e que saiu e o Conselheiro antes de questionar deve primeiro se atualizar e que também o relatório apresentado na reunião já tinha sido enviado por e-mail a todos os conselheiros dias antes da reunião. O Conselheiro Hélio José Bertoldo da Silva acha que deve ser votado o Relatório que a Comissão fez e apresentou aqui em plenária. Após todas as colocações foi colocado em votação o Relatório da comissão de Fiscalização que dá parecer favorável a apreciação do RAG – Relatório Anual de Gestão / 2017, que foi aprovado com 13 (treze) votos a favor, 01 (um) voto contra do Conselheiro Jurandi Mesquita e 03 (três) abstenções dos Conselheiros Francineide Pereira Alves, Luís Gonzaga Correa Neto e Francisco Neto Ferreira da Silva, que se abstém porque acha que no relatório deve conter ressalvas. **3º PONTO: Normas Internas para Funcionamento do TFD Municipal.** Com a palavra a Coordenadora do TFD – Tratamento Fora de Domicílio Sra. Concita Moreira Duarte, dizendo que foi informada dessa reunião a trinta minutos atrás e veio correndo pra falar sobre a questão da ajuda de custos. Fez uma breve explanação dizendo que antes se um paciente fosse passar 10(dez) dias em São Luís era uma ajuda de custo no valor de R\$ 247,50 (duzentos e quarenta e sete reais e cinquenta centavos) e agora é R\$ 30,00 (trinta reais) a diária dependendo da quantidade de dias e os usuários e acompanhantes não estão aceitando. O

Conselheiro Hélio José Bertoldo da Silva disse que esse valor de trinta reais é pouco para cada dia junto com o acompanhante. O Conselheiro Antônio Rodrigues da Silva Filho relatou que tem um irmão usuário de TFD e na gestão passada o valor disponibilizado de ajuda de custo era de R\$ 247,50 (duzentos e quarenta e sete reais e cinquenta centavos) e depois mudou, antes ia com dinheiro em mãos e recentemente viu uma denúncia a respeito do assunto e que o próprio Promotor Newton Bello viu que esse tema é a nível nacional. A Conselheira Francineide Pereira Alves propõe que a gestão estude se essa ajuda pode ser recebida antes de viajar e se tem alguma forma jurídica de reajustar esse valor. O Conselheiro Jurandi Mesquita pede que se solicite do CNS – Conselho Nacional de Saúde para que haja mudança na Portaria nº 055 de 24 de fevereiro de 1999 e é a favor de que as pessoas que fazem uso do TFD, já recebam sua ajuda de custo antes de viajar. A Sra. Concita Moreira Duarte relata que na Portaria nº 055 de 24 de fevereiro de 1999 do Ministério da Saúde fala que o valor referente das diárias de ajuda de custos é R\$ 30,00 (trinta reais), sendo que se houver acompanhante também é disponibilizado o mesmo valor para o acompanhante e que a ajuda de custo é dada de acordo com o agendamento, ou seja, de acordo com a quantidade de dias que o paciente vai ficar em São Luís para o tratamento. O Conselheiro Hélio José Bertoldo da Silva, sugere que as ajudas de custo/diárias, sejam disponibilizadas ao mesmo tempo em que as passagens para as pessoas que fazem TFD – Tratamento Fora de Domicílio o que foi aprovada por unanimidade dos Conselheiros presentes. **4º PONTO: Informes da Saúde.** A Conselheira Francineide Pereira Alves solicita que a Comissão de Fiscalização do CMS faça uma visita surpresa no DST / AIDS para averiguar a denúncia de que tem servidores de confiança da Coordenação que não cumpre horário e ainda maltrata funcionários e pacientes. Vários Conselheiros fizeram uso da palavra e como a Comissão de Rede ainda está com dificuldades de se reunir, foram indicados os nomes dos Conselheiros: Albane Freitas, Rosimar Melo, Luís Gonzaga e Francineide Pereira para fazerem essa visita. Outro local que precisa de visita é o SAMU, pois observou que o uniforme que faz parte do EPI está sem condições de uso, há mais de quatro anos que não recebem uniforme novo, nem outros equipamentos de EPI, alimentação precária sendo fornecida pelo Hospital Municipal, sem café da manhã, dizem apenas que tem uma empresa para licitar, mas até o presente momento nada foi resolvido. Recentemente teve uma reforma ficando apenas um repouso unissex para a equipe que está no plantão (homens e mulheres repousando no mesmo

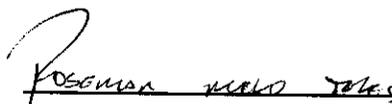
horário sem privacidade), que as bases descentralizadas por exigência legal foram unificadas também na única base do SAMU. Imperatriz tem que ter no mínimo 03 (três) bases do SAMU pelo número da população e que as verbas referentes as três bases continuam chegando para o município, e isso pode complicar numa auditoria, pois é notório que não existe as três bases, apenas uma, que os trabalhadores estão com sobrecarga de trabalho, sem chamamento para substituir em caso de falta do colega. O pessoal da motolância não tem EPI – Equipamento de Proteção Individual, nem recebem um adicional de risco de vida e por esse motivo a motolância está parada. O trabalho é perigoso alguns já se acidentaram, que todo município que tem motolância os socorristas recebem o referido adicional, pois vem uma verba específica para a motolância. A Conselheira Charlene Santos A. Sousa concorda com a fala da Conselheira Francineide. O Conselheiro Hélio José Bertoldo da Silva sugere que se faça uma reunião com a equipe do SAMU e nesse dia o Coordenador seja convidado. O Conselheiro João Carvalho Parrião informa que já entregou documento para o Secretário de Saúde relacionado a questão da quilometragem e para o setor de contabilidade a solicitação dos processos para prestação de contas do CEREST, pois na próxima reunião da CISTT Estadual o mesmo tem que apresentar essa prestação de contas. A Conselheira Francineide Pereira Alves disse que está preocupada com os pacientes que estão internados a espera de ressonância, que até o momento a tal da licitação não foi concluída e gostaria que esse Conselho buscasse informação a esse respeito. O Conselheiro Hélio José Bertoldo da Silva disse que o proprietário da UNI RAD, Sr. Walter José Rodrigues pediu um prazo de 20 dias, o contrato dele foi feito todo errado, tem 60 dias enviando pedidos pra ele. O Secretário e Auditor quer fazer o pacote todos e se fazer licitação para todos e solicita que a Comissão de Rede vá lá para averiguar a questão. A Conselheira Rosemar Melo Teles disse que ouviu do Sr. Walter, que o mesmo comprou um equipamento novo e só o transporte desse aparelho é R\$ 58.000,00 (cinquenta e oito mil reais) e se ele não está recebendo da SEMUS fica difícil transportar esse aparelho. O Conselheiro Jurandi Mesquita pede para que a Comissão de Rede faça uma visita à empresa Suzano Papel e Celulose. A Conselheira Rosimar Melo Teles, leu o relatório de viagem das pessoas que participaram da 21ª Plenária Nacional de Conselheiros, Entidades e Movimentos Sociais. O Conselheiro Hélio José Bertoldo da Silva disse que quando algum Conselheiro viajar para representar o CMS deve esquecer seus sindicatos de origem e ser representante do Conselho. O Conselheiro Albane Freitas

de Sousa solicita que seja reiterado ao Secretário de Saúde o ofício -CMS – nº 27, datado de 22 de janeiro de 2018, que até o presente momento não foi respondido, onde solicitamos: 1 - Relação de todas as UBS – Unidades Básicas de Saúde e Serviços da Saúde Mental com endereço, com horário de funcionamento, relação de seus funcionários concursados, contratados e seletivados, bem como o setor que desenvolve suas atividades. 2 - Relações de todas as diárias pagas e não pagas com seus respectivos valores, referente ano de 2017 e 3 - Relação de todos os medicamentos de média e alta complexidade que são enviados para as Unidades Básicas de Saúde. A Conselheira Francineide Pereira Alves pede que seja reiterado novamente o ofício enviado a gestão solicitando a resposta do Saúde Mental que até o momento não foi respondido. Recebemos uma informação do Ambulatório de Saúde Mental – CAPS III, das mãos da Psicóloga Sra. Miriam que foi passado para as mãos do Presidente da Comissão de Fiscalização para ser analisado. Como nada mais havia a ser tratado, agradeceu aos Conselheiros e Convidados pela sua participação, quando deu por encerrado os trabalhos da mesa, da qual foi lavrada a presente Ata, que após sua apreciação será assinada pelos Conselheiros presentes. Imperatriz - Maranhão, 12 de abril de 2018.

ACILEA SANTOS N. PEREIRA  
ALINE MARQUES BORGES ALVES  
ANA CLÁUDIA BRAGA SANTOS SILVA  
ANTONIO RODRIGUES DA SILVA FILHO  
CLÁUDIA ALVES OLIVEIRA CARVALHO  
ERCY M<sup>a</sup> DO NASCIMENTO CHAVES  
FRANCINEIDE PEREIRA ALVES  
FRANCISCO NETO FERREIRA DA SILVA  
HÉLIO JOSÉ BERTOLDO DA SILVA  
JOÃO BATISTA SILVA NUNES  
JOÃO CARVALHO PARRIÃO  
JURANDI MESQUITA  
LUCÍLIA DO NASCIMENTO LIMA  
LUIZ GONZAGA CORREA NETO  
M<sup>a</sup> das GRAÇAS C. SOUZA MAGALHÃES  
M<sup>a</sup> RAIMUNDA SOUSA ARRAZ  
M<sup>a</sup> TAMAR TORQUATO C. SOUSA  
MANOEL ALVES PEREIRA  
MARIA DIVINA DA SILVA REIS

Acilea S.N. Pereira  
Ana Claudia Braga Santos Silva  
Claudia Alves de O. Carvalho  
Erca Maria do Nascimento Chaves  
Francineide Pereira Alves  
Francisco Neto Ferreira da Silva  
João Batista Silva Nunes  
João Carvalho Parrião  
Jurandi Mesquita  
Luiz Gonzaga Correa Neto  
Maria Raimunda S. Arraz  
Maria Tamar Torquato Cavalcante  
Manoel Alves Pereira  
Maria Divina da Silva Reis

ROSIMAR MELO TELES  
RUI ALVES MACEDO

  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_